PROJETO DE LEI Nº 19/ 2023.
DE 16 DE MAIO DE 2.023

"Dispõe sobre: Estabelece prazos e condições para autorização aos estabelecimentos e atividades que especifica e dá outras providências"

ÁLVARO JESIEL DE LIMA, Prefeito do Município de Pedra Bela, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Autorização é ato administrativo discricionário de caráter provisório e precário, que prescinde de licitação, devendo ser concedida por período não superior a 30 (trinta) dias, de acordo com as disposições desta lei, para exploração das atividades econômicas.

Art. 2º A Prefeitura concederá autorização aos estabelecimentos ou atividades que:

- I - estiverem projetados para funcionarem durante prazo determinado, em terrenos públicos ou particulares;
- II - forem caracterizados como *stand* de vendas em empreendimento imobiliário;
- III - consistirem em exposições, feiras promocionais, congressos, encontros, simpósios e eventos análogos;
- IV - constituam-se instalações de apoio a atividades extrativas minerais;
- V - tendam a permanecer por breve período no território do Município, como circos, parques de diversões, arenas e palcos;
- VI - tenham caráter eventual e temporário, como nas festas tradicionais, atividades festivas, recreativas, desportivas, culturais e artísticas em logradouros públicos e áreas particulares;
- VII - de acordo com a lei, devam ter localização precária;

XIII - exercidas em logradouros públicos;

IX - em outras situações definidas em lei.

Parágrafo único. A autorização pode ser revogada a qualquer momento de acordo com o interesse público.

Art. 3º A autorização para o exercício de atividade sócio-econômica no Município, excetuando os casos previstos nesta lei será solicitada mediante requerimento do interessado.

Art. 4º Entende-se por barracas, para efeito desta lei, o mobiliário urbano de caráter provisório, formado por cobertura, tabuleiro e estrutura de sustentação simples, destinadas ao comércio itinerante, devendo ser desmontadas após o exercício da atividade.

Art. 5º A autorização para localização de barracas para fins comerciais nos passeios e nos leitos dos logradouros públicos, será dada apenas nos seguintes casos:

I - prestação de serviços considerados de utilidade pública, como informações turísticas, culturais, campanhas educativas e sanitárias;

II - comércio informal devidamente cadastrado;

III - feiras livres;

IV - feiras beneficentes ou culturais;

V - durante festas de caráter popular ou religioso nos dias e locais determinados pela Prefeitura.

§ 1º As barracas destinam-se a atendimento rápido, só lhes sendo permitido a instalação de acessórios como mesas e cadeiras quando situadas em áreas amplas, como calçadas, ou outro locais, desde que previamente autorizado.

§ 2º É vedada a instalação de barracas, bem como bancas e depósitos, nas imediações de feiras livres e mercados populares.

Art. 6º As barracas, além de obedecer às normas de padronização definidas pela Prefeitura conforme a atividade e aspectos paisagísticos e urbanísticos locais, deverão:

I - não exceder a área de 30,00m² (trinta metros quadrados), exceto nos casos de feiras culturais e promocionais, quando observarão projetos específicos;

II - ser desmontáveis e de fácil remoção.

Art. 7º Para os fins dessa Lei fica fixado o valor mínimo de 30 (trinta) UFMPB por metro linear podendo ser fixado, conforme o caso, outro valor superior mediante avaliação realizada pela Prefeitura.

Art. 8º A prefeitura poderá ceder gratuitamente à utilização de espaços públicos as entidades sem fins lucrativos, organizações religiosas e associações no limite de até 20% do total dos espaços disponíveis.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei por Decreto.

Art. 10º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrário.

Alvaro Jesiel de Lima
Prefeito Municipal